

# Missão leva plano ao FMI e ao BIRD

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

20 MAR 1990

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, espera obter até o início do próximo mês uma "manifestação favorável do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) ao Programa de Estabilização Econômica, o que permitirá iniciar logo em seguida a renegociação da dívida externa com os bancos estrangeiros".

Nos próximos dias será enviada uma missão a Washington para apresentar aos dois organismos o plano do governo Collor, mas não se pretende efetuar qualquer pagamento dos US\$ 5,5 bilhões de juros atrasados junto aos bancos comerciais. "Nossa intenção é começar pelas negociações e o presidente já deu uma demonstração de boa vontade com as primeiras medidas no rumo da liberalização do comércio exterior".

Embora ainda não tenha recebido qualquer "sinal favorável" dos organismos nestes primeiros dias de governo, a ministra entende que o programa de estabilização "é praticamente incontestável" e contém uma série de "medidas que serão bem vistas" pelo FMI. "Não recebi mas também não procurei, já que a tarefa imediata tem sido a implantação do plano aqui dentro".

A meta de campanha para a área externa continua valendo — pagar apenas US\$ 5 bilhões de juros e obter saldos menores na ba-



Zélia Cardoso de Mello

lança comercial — disse a ministra na madrugada de ontem, ao ser entrevistada no programa Crítica & Autocrítica, produzido por este jornal e veiculado pela TV Bandeirantes.

Ela pretende manter também a alternativa de descentralização da negociação externa, como "uma opção nova que hoje não existe e pode vir a ser do interesse em casos específicos". As restrições ao pagamento de juros e à formação de saldos devedores no comércio exterior, em sua opinião, não chegariam a constituir obstáculo ao entendimento com o FMI, que espera ver concluído rapidamente, pelo menos em termos preliminares.

"Evidentemente que será uma negociação dura, mas estou otimista", afirmou, referindo-se à dívida com os bancos comerciais. Sua expectativa baseia-se no conjunto do programa de governo, destinado a criar um ambiente favorável a investimentos internos e externos com o fim da inflação, ao mesmo tempo que se caminha para maior

competitividade da indústria brasileira diante da economia internacional.

"O conjunto das primeiras medidas já mostra qual é a cara do Brasil Novo que o presidente Fernando Collor pretende construir e, mais do que isso, não cairemos nos erros de governos anteriores, que tinham regras obscuras e constantemente alteradas." Este seria, no conjunto, o grande estímulo aos investimentos e à normalização das relações externas, ao lado do fim da inflação.

Outra sinalização importante, em sua opinião, foi dada pela suspensão dos incentivos fiscais e início da remoção de controles não-tarifários, a ser completado até o fim do governo. Ela concorda que o resultado prático desta combinação é um primeiro passo para maior liberalização de importações de maneira geral, incluindo o segmento de informática.

Falar que estas medidas significam desde já o fim da reserva de mercado na informática, para a ministra Cardoso de Mello, seria um exagero, pois isso ainda dependerá dos níveis de tarifas que deverão substituir as barreiras não-tarifárias. "Mas vamos caminhar para isso", admitiu, referindo-se à reserva da informática como um dos elementos que nos últimos anos foram motivo de atritos comerciais no exterior.

A ministra da Economia anunciou também a intenção do novo governo em "começar a rever a ques-

tão da entrada e tratamento do capital estrangeiro no País", na mesma linha do programa econômico voltado para a busca de padrões internacionais de produtividade e competitividade.

Estão sendo criados no Ministério da Economia grupos de execução de políticas setoriais, encarregados de analisar de forma global os diversos pedidos de reajustes extraordinários de preços industriais e tarifas, que recorrerão eventualmente a alterações de alíquotas e remoção de barreiras à importação como fórmula de reduzir custos de produção sem necessariamente pressionar a inflação.

"Estes grupos vão tratar cada pleito de maneira mais global, olhando não só as planilhas de custos como se fazia até agora mas, também, estudando as condições que determinam estes custos e procurando instrumentos que possam ser usados para minorar ou resolver o problema." Entre estes instrumentos, a ministra citou as possibilidades de importação, utilização de créditos e remoção de controles fiscais.

"As vezes pode ser resolvido um pedido de aumento de preços através da redução de uma tarifa de importação ou pela compensação na tributação, por exemplo." Estes grupos executivos funcionarão como uma espécie de "câmaras setoriais aperfeiçoadas", com a participação das empresas, mas não tratarão de questões salariais.